

O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português

The Colonial Planning Office and the layout of Luso-African cities in the last stage of the Portuguese colonial time

Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro

Arquiteta e mestre pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, doutora em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de São Paulo, professora auxiliar, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, investigadora do Dinâmia-CET, Lisboa, Portugal, e-mail: avmilheiro2@gmail.com

Resumo

Em 1944, antes mesmo do fim da Segunda Grande Guerra, o regime político de António Oliveira Salazar (1889-1970) cria, por meio do Ministério das Colónias, uma estrutura oficial de projectos de arquitectura e de engenharia, sediada em Lisboa, com o objectivo de traçar novos planos urbanos para as colónias portuguesas, designada Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). Com sua fundação pretende-se igualmente concentrar o *know-how* dos técnicos portugueses no que diz respeito à abordagem à cidade tropical. Genericamente, o Estado Novo (1933-1974) de Oliveira Salazar irá servir-se do GUC como veículo de modernização e, simultaneamente, de homogeneização da paisagem construída nos diversos territórios coloniais, com especial destaque para África e para os actuais países africanos de língua oficial portuguesa. O programa seguido alicerça-se num forte impulso de urbanização que se reflecte na consolidação das estruturas urbanas herdadas da primeira República (1910-1926) e na padronização dos edifícios públicos que representam a presença colonial portuguesa desde o continente africano até a Índia, então chamada “Índia Portuguesa”, Timor e Macau. Apesar da importância do mundo rural na caracterização do regime ditatorial português, as intervenções desencadeadas nesses lugares sob administração colonial definem-se, a partir da segunda metade do século, por um forte sentido desenvolvimentista de perfil urbano, como se pretende demonstrar por meio de casos de estudo localizados na Guiné-Bissau, em Angola e em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: Cidade africana. Arquitectura luso-africana. Gabinete de urbanização colonial. Estado Novo (em Portugal).

Abstract

The interest in discussion of tools for value capture grows in municipal administrations, which identify the possibility to find alternative to finance urban development, especially in the context of reducing of traditional



DOI: 10.7213/urbe.7397 ISSN 2175-3369
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

*funding sources. Included in the City Statute (Federal Law n. 10.257/01) as an instrument of urban policy, the Betterment Levy consists of a tax that allows the Government to recover the financial expression of the increase of land values resulted from public interventions. The origin of this tax goes back to the Philippines Ordinances, which authorized the *fintas*, to raise funds to rebuild bridges and sidewalks. Ordinances Philippines prevailed in Portugal from 1603 to 1867, and formed the basis of legislation in Brazil, only being replaced in 1916 by the Civil and Penal Codes of the Republic. The Betterment Levy was institutionalized in Brazil by the Constitution of 1934, which required its collection in public interventions. Laws after Constitution 1934, modified the initial concept, and created a tribute *sui generis*, specifically Brazilian. From the discussion of the institutionalization of Betterment Levy in Brazil, this paper aims to recognize the concepts originated from Portuguese laws, as well as other international interference, outlining the specificities of this tax in the country.*

Keywords: African city. Portuguese-African architecture. Colonial planning office. Estado Novo.

Introdução

As práticas urbanísticas do Estado Novo atingem um dos seus pontos mais altos no período que se segue ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, prolongando-se por uma década (LOBO, 1995, p. 145-216). Essa fase de intensa produção urbanística na Metrópole corresponde também a uma actividade paralela no âmbito do enunciado de novos planos para o espaço colonial português. Corresponde igualmente ao momento de arranque do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), lançado por Marcelo Caetano no fim de 1944¹, precisamente quando é ministro das Colónias, com o objectivo de otimizar os esforços portugueses no domínio do urbanismo e da arquitectura tropical, constituindo equipas técnicas qualificadas, formadas por arquitectos, engenheiros e especialistas em medicina tropical e climatologia². Nesse quadro, o arquitecto João António Aguiar, elemento destacado enquanto autor de planos urbanos para diversas cidades metropolitanas, surge igualmente como a segunda figura do Gabinete, a seguir ao engenheiro de minas Rogério Cavaca, o primeiro director desse organismo central. A autoria de Aguiar está plenamente estabelecida em relação a diversos planos urbanos ultramarinos, propostos pelo Gabinete entre 1946 e 1954. O facto coloca-o como principal ideólogo da

cultura urbanística praticada numa primeira fase de actuação do Estado Novo em África.

As investigações realizadas até ao momento permitem-nos determinar que, até cerca de 1959, coincidindo com a concepção dos planos de Aguiar, os arquitectos do Gabinete de Urbanização – primeiro sob a alçada do Ministério das Colónias e, depois de 1951, do Ministério do Ultramar – terão sido responsáveis pela maioria dos planos urbanos aplicados (ou pelo menos destinados) às províncias ultramarinas. Só na década de 1960, as principais capitais coloniais, Luanda e Lourenço Marques (actual Maputo), e algumas cidades de média dimensão, ganham autonomia na concepção dos seus próprios planos, situação decorrente da capacidade de atracção de profissionais qualificados, cujo trabalho concorre com o dos técnicos sediados em Lisboa (cf. FONTE, 2007). Entretanto, serão dados, aos próprios municípios ultramarinos, meios para contratação de profissionais liberais e/ou de empresas particulares para a execução desse tipo de projectos. No entanto, é ainda dentro do quadro do Gabinete, entretanto transformado em Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH da DGOPC), do Ministério do Ultramar, que uma nova geração de planos directores surgirá, no arranque dos anos de 1970.

¹ Cf. DECRETO n. 34:173 Ministério das Colónias: Cria, com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições. *Diário do Governo*, I série, n. 269, p. 1167-1168, 6 dez. 1944.

² Este organismo assume mais tarde as designações de Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU, 1951-1957) e Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DSUH, DGOPC, 1958-1974).

A estratégia urbana estado-novista promovida pelos técnicos do GUC, e de seus desdobramentos oficiais, conhece, portanto, três momentos distintos até as independências africanas. Sua definição permite-nos começar a enunciar uma cronologia e balizar o traçado final das cidades luso-africanas na última fase do período colonial, um dos objectivos deste artigo.

Identifica-se uma primeira fase que se inicia em 1945, com o arranque do funcionamento desse organismo, assentando, como foi já sugerido, no pensamento urbano de João Aguiar. Essa fase desenvolve-se até 1955 e é caracterizada pela preferência pelo modelo da City Beautiful cruzado com os ensinamentos da Cidade Jardim. Trata-se de um modelo apoiado essencialmente em directrizes estéticas: abrem-se largas e monumentais avenidas e fortalecem-se os instrumentos de sectorização funcional (zonamento) da cidade colonial preexistente, definindo perímetros residenciais, hospitalares, escolares, militares, entre outros. As cidades coloniais recebem um conjunto *standard* de equipamentos que as torna lugares urbanos reconhecíveis no universo das diversas experiências (coloniais ou pós-coloniais) do urbanismo africano.

Os anos de 1960 são caracterizados pelos estudos dos habitats locais, por maior atenção às populações autóctones e conhecimento mais aprofundado dos assentamentos indígenas. O momento coincide com a publicação e lançamento do levantamento intitulado *Arquitectura Popular em Portugal* (Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961), estudo que, restringindo-se à Metrópole, abre as consciências dos arquitectos portugueses e de alguns políticos e governantes às questões das especificidades locais, inserindo-se aqui as comunidades africanas. Esse facto reflecte-se no desenho dos novos bairros populares (antigas áreas marginais à cidade consolidada, ocupadas maioritariamente pela população autóctone). É o momento de arquitectos como Mário de Oliveira, autor de *Problemas essenciais do urbanismo no Ultramar* (OLIVEIRA, 1962), entre outros trabalhos que entretanto edita³, e cujas

repercussões no pensamento urbano aplicado ao Ultramar português não foram ainda totalmente rastreadas. O estudo reproduz sua experiência em Bissau (1959), repercutindo-se no novo plano para São Tomé (1960-1964) ou na consultoria que presta em Moçambique, na missão (1963-1964) cumprida com o arquitecto Fernando Schiappa de Campos (MILHEIRO, 2010). A baixa densidade da Cidade Jardim e a eleição da casa unifamiliar como opções estratégicas ao nível da produção de alojamento são princípios activos nos novos planos.

Finalmente, a década de 1970 traz nova abordagem com um plano director de carácter mais pragmático, que se reflecte na sectorização e na ideia de “manchas funcionais” e no aprofundamento das práticas genéricas de infraestruturização. É o tempo da guerra colonial⁴, às vésperas da revolução de abril de 1974 e das independências africanas. Os arquitectos António Moreira Veloso, Maria Emília Caria ou Alfredo Castro e Silva são alguns urbanistas que se mantêm ao serviço da DSUH da DGOPC, elaborando novas propostas de intervenção urbana para a Guiné, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe. A maioria dos planos produzidos nessa fase não será aplicada, coincidindo sua concepção com a proximidade da independência dos novos países africanos. Mas as matérias de reflexão denotam uma alteração no pensamento urbanístico colonial, designadamente com a adopção de métodos quantitativos de análise, como inquéritos às populações e actividades económicas, que determinam zonamentos e acções de intervenção. A guerra domina as opções estratégicas, designadamente no âmbito da defesa e do apoio médico, e as decisões urbanísticas dos militares sobrepõem-se às acções dos arquitectos, como reforça Moreira Veloso (1973) no novo plano para Bissau.

Esses três momentos (com destaque para os dois primeiros) são ainda visíveis nas actuais cidades de colonização portuguesa novecentista, especialmente no continente africano, procurando-se aqui identificar como se manifesta nas estruturas físicas e construídas dessas mesmas cidades. Para

³ Cf. OLIVEIRA, M. de. O “Habitat” nas zonas suburbanas de Quelimane: um caso positivo de formação de sociedades multirraciais. *Geographica*, ano 3, n. 3, julho de 1965, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, p. 65-75; ou OLIVEIRA, M. de. Problemas de povoamento no Norte de Moçambique. Separata da revista *Geographica*, n. 13, ano 4, p. 45-55, jan. 1968.

⁴ A guerra colonial tem três focos: Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964). Cabo Verde e São Tomé e Príncipe conhecem outro tipo de militância independentista que não passa pelo conflito armado.

traçar esse quadro de actuação, privilegiaram-se casos de estudo localizados na Guiné-Bissau, em Angola e em São Tomé e Príncipe, reforçando-se o conhecimento sobre algumas figuras tutelares, como Aguiar ou Oliveira⁵.

Antecedentes urbanos do Estado Novo

Os planos elaborados no Gabinete de Urbanização Colonial adoptam princípios racionalistas, que se manifestam na demarcação sectorial das diversas funções urbanas, conjugados com uma predilecção pelas composições radiais e axiais da tradição urbanística ocidental. A baixa densidade atribuída às zonas residenciais tem associado esses planos à tradição anglo-saxónica da Cidade Jardim que se dissemina por todo o mundo ocidentalizado a partir da década de 1930. Admite-se, porém, aqui, que aos princípios propostos por Ebenezer Howard (1850-1928) no fim de Oitocentos, parcialmente adoptados pelos arquitectos estado-novistas, se sobreponha um urbanismo mais conforme à recepção dos ideais do City Beautiful Movement, presentes já nos planos coloniais da primeira República (1910-1926). Essa justaposição de traçados serve plenamente os objectivos de representação das cidades intervencionadas durante o Estado Novo (1933-1974), tanto na Metrópole como nos territórios coloniais.

É ainda no quadro desses planos que os traçados das praças do império, cuja concepção original decorre da setecentista Praça do Comércio, em Lisboa, surgem fortalecidos. Essas praças, já apontadas nos planos republicanos, funcionam no período do Estado Novo preferencialmente como estruturas urbanas de representação, admitindo diferentes configurações. Em Angola, por exemplo, assumem muitas vezes um desenho unitário que combina a arquitectura dos edifícios com o desenho de chão⁶. Igual processo verifica-se noutros lugares, como em

Díli ou na cidade de São Tomé, ainda que sem concretização tão exemplar.

A primeira definição da cidade africana da Idade Contemporânea encontra-se, contudo, delineada em planos que, como sugerimos antes, antecedem o trabalho dos arquitectos do Gabinete. É no contexto do fim da monarquia e na transição para a primeira República, que se podem procurar as raízes de um urbanismo estado-novista apenas consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial. O aprofundamento dos estudos urbanos coloniais aponta, em nossa opinião, para uma leitura que coloca os acontecimentos pós-1910 – quando se dá a instauração do regime republicano no país – no centro gerador do urbanismo colonial português moderno. A identificação do plano delineado pelo engenheiro de minas José Guedes Quinhones, actualmente à guarda da Câmara Municipal de Bissau⁷, como destinando-se à cidade guineense de Bolama (à época capital da colónia) e datado da década de 1920, corrobora esta nossa teoria (Figura 1).

Planos frustrados, seguindo esquemas muito próximos da *City Beautiful*, para cidades como a Beira, em Moçambique, de Carlos Rebelo de Andrade, publicado



Figura 1 - Bolama (projecto da autoria de José Guedes Quinhones), (Câmara Municipal de Bissau)

Fonte: Ana Vaz Milheiro, 2012, sobreposição com imagem do Google Earth.

⁵ A investigação que aqui se sintetiza integra o projecto “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitectónica”, de que sou investigadora responsável (Referência FCT: PTDC/AURAQI/104964/2008).

⁶ Associámos já este fenómeno à ideia de *modelo* defendida por Françoise Choay em 1980 (MILHEIRO, 2012). Segue-se aqui a mesma proposta de categorização.

⁷ O documento é uma cópia e possui a seguinte inscrição manuscrita: “A presente planta foi-me oferecida em Portugal pelo eng. Quinhones, seu autor. Ofereço-a ao Banco Nacional da Guiné Bissau, a meu ver a única entidade que zela por tudo o que diz respeito à Guiné, Bissau, 18-IV-1979, Artur Augusto da Silva”.

em 1932 na revista *Arquitectura*, sugerem exactamente a mesma possibilidade⁸. Já a fundação da cidade nova do Huambo entre 1910 e 1912 – renomeada *Nova Lisboa* em 1928 –, pelo coronel de engenharia Carlos Roma Machado, com suas nove avenidas traçadas a partir da mesma radial, reforça a forte presença dos ideais da *City Beautiful* entre os urbanistas portugueses das primeiras décadas do século XX.

Na Guiné, Quinhones é também o autor do projecto concretizado da nova cidade de Bissau (1919), onde um eixo viário de traçado monumental é desenhado (SILVEIRA, 1956, p. 149), constituindo-se depois matriz de desenvolvimento urbano em outras cidades do território (Figura 2).

Esse urbanismo, implementado em paralelo com as *praças do império* pelos arquitectos do Estado Novo, assenta na ideia de uma estrutura fortemente delineada e capaz de conformar uma *regra* (CHOAY, 2007), prestando-se à implantação das mais diversas arquitecturas. O processo é bastante evidente em cidades como Santo António, no Príncipe, onde uma larga avenida lateral ao núcleo histórico inicial, fundado durante o século XVI, possibilita a introdução de uma estrutura monumental, receptiva aos mais diversos equipamentos, mas que permanece ainda hoje quase desocupada. Mas são os novos planos de urbanização das cidades guineenses,

implementados a partir de 1946, assinalando a comemoração do quinto centenário da presença portuguesa, que melhor ilustram essa ideia.

Bissau e as cidades do quinto centenário

A ideia da *regra* assenta na existência de um conjunto de princípios urbanos operativos, capazes de gerar uma estrutura unitária, sem a obrigatoriedade de um desenho *fechado* (principalmente no plano da volumetria do edificado). Trata-se de *agir pragmaticamente*, em oposição a uma proposta idealista e por isso de fundação utópica que a ideia de *modelo* pressupõe. O conceito serve a realização de um conjunto de intervenções urbanas desencadeadas na actual Guiné-Bissau, cerca de 1946, por ocasião das comemorações do quinto centenário da chegada dos portugueses à região, aqui enunciadas como um primeiro caso de estudo. O eixo viário principal de Bissau – a antiga Av. da República, actual Av. Amílcar Cabral – funciona como matriz, depois replicada em aglomerados urbanos guineenses de menores dimensões (Figura 3).

Baseia-se a comprovação desse enunciado em cinco cidades situadas na região a norte e nordeste de Bissau: Bafatá, Cacheu, Canchungo, Mansoa e Gabu.

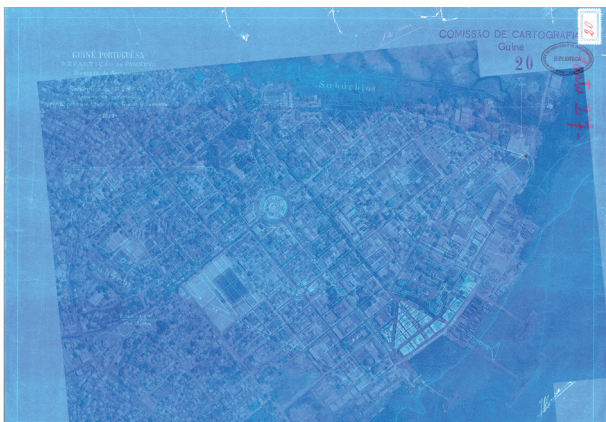


Figura 2 - Nova Cidade de Bissau, demarcada e desenhada pelo engenheiro-chefe José Guedes Quinhones, Guiné Portuguesa, Repartição do Fomento, Direcção de Agrimensura, 1919

Fonte: Ana Vaz Milheiro, 2012, sobreposição com imagem do Google Earth.



Figura 3 - Bissau, praça dos Heróis Nacionais (antiga praça do Império), vista a partir do Palácio do Governo

Fonte: Ana Vaz Milheiro, 2011.

⁸ ANDRADE, C. R. de. Alargamento e embelesamento da cidade da Beira. *Arquitectura, revista de arte e construção*, n. 24, p. 134-135, abr. 1932.

Bissau contemporânea começa a ser planeada, provavelmente, na sequência dos acontecimentos militares de 1913 que iniciam os esforços de João Teixeira Pinto (1876-1917) para estabilizar a presença portuguesa no território (BARRETO, 1938, p. 380; PÉLISSIER, 2001, p. 123 et seq.). A República traz igualmente um sentimento “protonacionalista” a uma elite colonial com pretensões emancipatórias, o que pode eventualmente justificar a existência de indícios no sentido de “embelezar” a cidade, antes mesmo da sua passagem a capital. O plano de 1919 de Guedes Quinhones, realizado no âmbito da Repartição de Fomento – Direcção de Agrimensura, não só dá início ao processo de monumentalização do espaço urbano, como corresponde à sua expansão para fora do perímetro primitivo da Praça de São José de Bissau, fundada no fim de Seiscentos, e do aglomerado urbano, já representado na cartografia do século XIX (“Planta da Praça de Bissau”, VALDÊS, 1864 apud SILVEIRA, 1956). A avenida central é então a Av. 31 de Janeiro e os limites da cidade são assegurados por uma “Avenida de cintura”, que faz a fronteira com os “Subúrbios”. Identificam-se os lotes das instalações de energia eléctrica e abastecimento de água, do Palácio do Governo, do Novo Hospital e do Banco Nacional Ultramarino, programas indispensáveis ao bom funcionamento da nova cidade. Formam, portanto, um primeiro conjunto mínimo de equipamentos (a que se junta a Escola Primária, 1922) aplicado pela República que o Estado Novo irá ampliar, como se verá.

Em 1941, a cidade é elevada à capital da província. Um novo plano, de 1942, é atribuído ao engenheiro Eduardo José de Pereira da Silva, chefe da Repartição Central dos Serviços Geográficos e Cartográficos da Guiné. Por volta de 1945, o Gabinete inicia os trabalhos que conduzem à elaboração do primeiro Plano Director da cidade, da responsabilidade desses serviços com sede em Lisboa. O Plano Geral de Urbanização é aprovado a 12 de Junho de 1948, ainda durante o governo de Manuel Sarmiento Rodrigues (1899-1979) (Figura 4).

Propõe-se a implantação de duas novas avenidas paralelas à Av. da República e, tal como essa, perpendiculares às margens do Rio Geba, que terminam igualmente em rotundas, circunscritas por edifícios públicos (numa das quais se chega a prever um paço episcopal que não se concretizará). A malha urbana organiza-se em quadrícula a partir



Figura 4 - Plano Geral de Urbanização da cidade de Bissau, Bissau 12/06/1948, Sarmiento Rodrigues (Arquivo Histórico Ultramarino, rolo 22)

Fonte: Luís Pavão e Laura Guerreiro, 2012.

da direcção imposta pelo conjunto previsto das três avenidas, desenhadas como *boulevards*, com uma placa central arborizada. Na zona de expansão, os quarteirões aumentam de área, cumprindo uma das exigências de Sarmiento Rodrigues. Dá-se indicação da localização das velhas e novas estruturas que equipam a cidade: cemitério, hospital, estádio, zona industrial, bairros residenciais, económicos e comerciais; e assinalam-se edifícios muito específicos: o Palácio do Governo, a Associação Comercial (que será depois implantada noutra lote), a sé catedral, a Câmara Municipal ou o novo mercado (os dois últimos não chegarão a ser construídos), a central eléctrica ou o museu. Acentua-se a tendência de implantação dos principais equipamentos na proximidade

da Av. da República, confirmando sua vocação de estrutura de representação.

As duas novas avenidas não serão implementadas e a cidade manterá a estrutura traçada por Quinhones em 1919. Um *Relatório sobre o inquérito à cidade de Bissau e outros centros populacionais da colónia da Guiné*, elaborado pelo engenheiro José António dos Santos (de apelido ilegível) em missão do GUC, cumprida na companhia do arquitecto José Manuel Galhardo Zilhão (s.d., provavelmente realizado entre 1945/1946), descreve a precariedade da cidade contemporânea à estadia de Sarmento Rodrigues (população e suas características, estado sanitário, iluminação pública, principais equipamentos, etc.). O documento é ilustrado com uma planta de levantamento. A Praça do Império, actual Praça dos Heróis Nacionais, onde culmina a Av. da República, implanta-se no planalto superior da cidade⁹ – aproveitando a cota mais elevada – e proporcionando ao Palácio do Governo (cuja construção original é igualmente atribuída a José Guedes Quinhones, a partir da descrição de Rolando Ferreira Barros em 1937), uma localização sobranceira (a versão construída é assinada por João Aguiar e Galhardo Zilhão/GUC, 1945). Tal como sugere o plano de 1948, os principais edifícios de representação dos poderes político, económico e religioso implantam-se ao longo desta praça e da avenida principal. O museu e Centro de Estudos ([GUC?], [1948?]) instala-se no lote inicialmente destinado na Praça do Império. Já a Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, actual sede do PAIGC (Jorge Chaves, 1949-1952), desloca-se da avenida para a mesma praça. Nos anos de 1970, junta-se a esse conjunto a delegação da TAP, obra de José Pinto da Cunha¹⁰. Ainda ao longo da avenida localizam-se a sé (renovação de João Simões/GUC, 1945, sobre projecto original de Vasco Regaleira, 1942), a sede dos Correios, Telégrafos e Telefones (Lucínio Cruz/GUU, 1950-1955), no lote inicialmente atribuído à Câmara Municipal e o Tribunal ([1941?]). Importantes realizações, decorrentes da iniciativa privada, que também aqui se instalam, são a Casa Gouveia ou a União Desportiva Internacional de Bissau.

A estratégia estado-novista passa, portanto, por reforçar a configuração geral da cidade republicana e os aspectos de representação, qualificando o desenho dos edifícios públicos, administrativos ou religiosos, e implementando um programa iconográfico de celebração da presença colonial por meio da colocação de arte pública e estatuária em pontos fulcrais (o monumento a Nuno Tristão no arranque da avenida, por exemplo). Completa-se assim um quadro histórico-monumental já em parte assegurado com a presença do forte de São José de Amura (projecto de Frei Manuel de Vinhais Sarmento, 1766, restaurado por Luís Benavente no âmbito da política estado-novista de recuperação dos monumentos históricos ultramarinos) e a existência do núcleo fundador (Bissau Velho, que alguns relatórios preliminares aconselham a demolir, dadas as condições sanitárias precárias do bairro na segunda metade da década de 1940).

Nas abordagens posteriores ao plano de Bissau, que são sucessivamente elaboradas até um tempo muito próximo da independência guineense, sempre com o objectivo de valorizar seu estatuto de capital, acentuam-se precisamente estes dois aspectos: reforça-se o papel monumental do principal eixo viário e o carácter de zonamento que delimita as áreas específicas da cidade, as funções residencial, hospitalar, desportiva, escolar, etc. Com a guerra colonial, a zona militar torna-se estratégica, dominando a maioria dos planos. Nessas propostas, a cidade mantém sua configuração e escala residencial. Descarta-se a possibilidade da construção em altura (essa tendência apenas surge em projectos muito tardios no quadro colonial e por isso não implementados), preferindo-se trabalhar com baixas densidades, principalmente nos bairros habitacionais que se estruturam em malha ortogonal a partir da antiga Av. da República.

A opção pela baixa densidade repercute-se igualmente na definição dos “bairros indígenas”, designados por “bairros populares” a partir de 1959, que preenchem as margens da cidade formal. Com o Plano de Urbanização dos bairros populares de

⁹ A cidade formal desdobra-se noutras praças, de menor expressão urbana que a Praça do Império, quase sempre assinaladas com monumentos comemorativos (Praça da Alfândega, com o monumento a Diogo Gomes, ou a praça Honório Barreto, que será objecto de uma proposta de tratamento do edificado contíguo da autoria de Eurico Pinto Lopes, n. 582, a partir do desenho *de chão* fornecido por João Aguiar).

¹⁰ Esta autoria foi-me indicada pelo arq. António Matos Veloso, em 7 maio 2012.

Bissau (1959), de Mário de Oliveira, presente-se uma alteração no pensamento urbano e arquitectónico dos arquitectos da recém-formada Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da DGOPC/MU. O projecto propõe a autoconstrução (tecnicamente assistida e realizada a partir de projectos fornecidos pelos arquitectos) e o regresso a uma implantação inspirada na Cidade Jardim, regularizando os assentamentos nativos a partir de esquemas mais orgânicos e menos geométricos, contrariando a experiência do bairro popular de Santa Luzia (1948). A solução de Oliveira é só parcialmente adoptada, como comprovam as análises actuais (Figura 5).

Embora as principais vias sejam implementadas, a delimitação menos clara dos lotes acaba por permitir a implantação de novas construções, acentuando-se a génese espontânea dos assentamentos. De forma pragmática, o traçado geométrico impõe-se novamente com a construção do bairro da Ajuda (1968), da autoria do Gabinete Local de Obras Públicas (VARANDA, 1968, p. 34), destinado a albergar a população de menores recursos desalojada na sequência do incêndio de 1965, que destrói parte dos bairros precários em torno de Bissau. Resiste-se, portanto, à generalização de um modelo mais orgânico, inspirado nos aglomerados autóctones, muito embora esse seja explicitamente defendido pelos arquitectos (OLIVEIRA, 1962, 1965).

É ainda durante a passagem de Sarmiento Rodrigues que se dão as comemorações do quinto centenário. A data é assinalada com uma série de intervenções urbanas realizadas em diversas

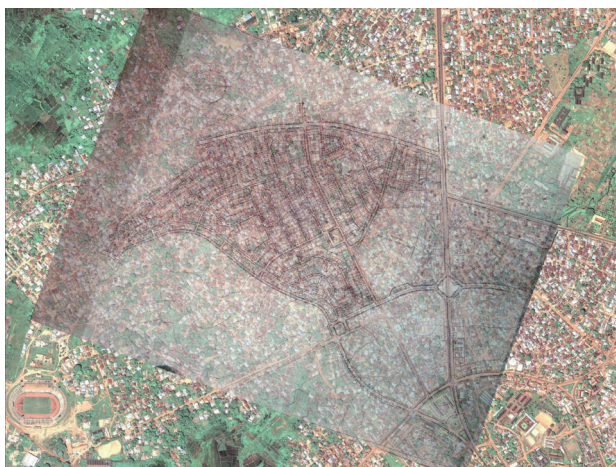


Figura 5 - Plano de Urbanização dos Bairros Populares de Bissau, Bairro A
Fonte: OLIVEIRA, 1959, sobreposição com imagem do Google Earth.

povoações, casos de Cacheu, Mansoa, Nova Lamego (actual Gabu), Teixeira Pinto (actual Canchungo), São Domingos, Bafatá, Farim, Fulacunda, Bolama, Bubaque ou Catió. Obedecem a uma visão territorial que posiciona Bissau no centro de uma rede viária (pavimentando-se velhas estradas e construindo-se novas pontes, caso da ponte de Ensalma, etc.), numa região caracterizada por uma complexa bacia hidrográfica. Em cada uma dessas povoações, o esquema introduzido parte de uma praça (quase sempre de planta circular) que remata uma avenida arborizada, com plataforma central e postes de iluminação pública. Trata-se de encontrar uma “cenografia urbana”, traçada no chão, independentemente da arquitectura que surge relegada para um papel secundário. As intervenções parecem ser da autoria da Repartição Central dos Serviços Geográficos e Cartográficos da Guiné, sendo publicadas no *Boletim Cultural da Guiné* nos volumes de 1948, com a assinatura de Eduardo José de Pereira da Silva. Tendencialmente, essa nova avenida configura um eixo monumental, servindo de suporte aos principais equipamentos públicos que se tornam recorrentes: a escola do ensino primário (é possível identificar um conjunto de escolas que seguem o mesmo projecto-tipo, terminadas por volta de 1948, de estrutura pavilhonar, cobertura em quatro águas, duas salas de aula, instalações sanitárias, residência para professor, alpendre com arcos), o posto sanitário (que em Canchungo e Bafatá atingem escala de estruturas hospitalares, passando-se o mesmo com as áreas militares), a estação dos Correios, Telégrafos e Telefones (projecto-tipo para lote de esquina), o clube militar e desportivo, a caixa-de-água, o celeiro comunitário (pavilhão com cobertura de duas águas), etc. A casa do administrador e a sede posicionam-se quase sempre a eixo da avenida. As residências dos funcionários coloniais, que se vão distribuindo pela avenida, contribuem para conferir alguma urbanidade. A igreja funciona como elemento de representação da religião colonizadora, uma vez que a maioria desses povos é islamizada ou animista. Raramente é objecto de uma visão axial, implantando-se lateralmente.

A mesma regra é aplicada a diferentes escalas e com pequenas variações. Traçados ortogonais tornam as estruturas mais complexas, admitindo-se igualmente pequenas praças arborizadas, apetrechadas com equipamentos de lazer e parques

infantis. A intervenção pode concentrar-se numa nova avenida, como acontece em Bafatá, ligando a zona baixa da cidade preexistente às áreas de expansão (ao longo deste eixo implantam-se: mercado, jardim, correios, administração, igreja, escola, terminando no hospital) (Figura 6); configurar uma ampliação, como em Mansoa, onde se alarga a quadrícula existente e a nova avenida funciona como um novo centro de tipo *boulevard* (que alberga a central eléctrica, a escola, o posto sanitário, duas caixas de água e duas residências administrativas); ou corresponder a uma nova fundação, alterando-se a toponímia local para outra de inspiração mais metropolitana¹¹.

Em Gabu, a quadrícula da cidade presta-se à maior disseminação dos equipamentos principais (administração, residência oficial, escola, clube desportivo, correios, igreja, celeiro, etc.). Já em Canchungo, a avenida centraliza o investimento: residência oficial, administração e posto de correios



Figura 6 - Plano Geral de Urbanização de Bafatá (Arquivo Histórico Ultramarino)

Fonte: Luís Pavão e Laura Guerreiro, 2012.

formalizam a “praça” de representação; escola, depósito de água, casas de funcionários, igreja, estruturas de saúde, distribuem-se ao longo do eixo.

A Guiné assiste assim à disseminação de um padrão desenvolvimentista assente num modelo urbano. A opção presta-se a duas interpretações: 1) A regra seguida nas diversas cidades e vilas reflecte a dimensão “não realista” do projecto (ou do desenho urbano) em face da realidade (representada pela capacidade de realização da arquitectura); 2) Presta-se à montagem de um cenário adequado a festividades e comemorações do poder colonial. As duas hipóteses, contudo, não contrariam o facto de se procurar obter e divulgar uma imagem de urbanidade. O caso de Cacheu, primeira capital antes de Bolama e de Bissau, é exemplar. O núcleo original, fundado c. de 1588 (SILVEIRA, 1956, p. 146), entra em decadência durante o século XIX. Na sequência das operações urbanísticas que transformam as diversas cidades guineenses, é aberta a actual Av. do 4º Centenário¹², lateral ao núcleo histórico e ao forte. A nova avenida termina num largo/prança, sobre o Rio Cacheu, que nos anos de 1960 recebe um padrão das comemorações henriquinas (comum noutras antigas províncias portuguesas ultramarinas). A escala da avenida distancia-se quer das preexistências quer das novas construções. Casas de funcionários, igreja ou sede do governo mantêm uma aparência modesta. O facto aumenta ainda mais o carácter expectante que a cidade comunica. Desse modo, a estrutura urbana permanece como um elemento à espera de ser ocupado.

Angola e as praças do Império

Para ilustrar a ideia de *modelo*, como expressão de uma utopia pela sua dimensão paradigmática (CHOAY, 2007, 1980), recorre-se a um conjunto de praças angolanas traçadas igualmente a partir da segunda metade dos anos de 1940. Em São Paulo de Luanda, de fundação quinhentista, é nas áreas de ampliação da cidade, já datadas do século XX, que se concentram as intervenções estado-novistas. O antigo Largo Diogo Cão, actual Largo 17 de Setembro,

¹¹ Neste contexto “refundador”, Gabu passa a Nova Lamego ou Canchungo passa a Teixeira Pinto.

¹² A avenida recebe esta designação já em 1988, na comemoração do quarto centenário da fundação da cidade.

enunciado no *Plano de Urbanização da parte marginal da cidade de Luanda* de Etienne de Gröer e David Moreira da Silva, em 1943, como uma *praça do Império*, funciona como primeira referência do recurso ao modelo. O próprio documento sugere que os edifícios desta praça obedeçam à lógica hierárquica da composição clássica. Arquitectura e o *deseño de chão* definem-se como uma unidade fechada, tendendo para a concepção de um ideal. Remete-se para Lisboa monumental, designadamente para a ideia de *praça de representação* inscrita no plano pombalino do século XVIII, com a concretização da Praça do Comércio. Modelo idêntico é retomado em outras cidades angolanas, no mesmo período, que aqui se tratam comparativamente, casos do Lobito ou de Nova Lisboa, hoje Huambo.

As *praças do império*, implantadas no território angolano, apresentam como singularidade o facto do seu traçado estar associado a um desenho arquitectónico específico, o que permite abordá-las na perspectiva do *modelo*, e é nesta condição que aqui são tratadas como segundo caso de estudo. Esta arquitectura reproduz um padrão de edifício público administrativo que os arquitectos do Gabinete desenvolvem a partir do fim da década de 1940, com o objectivo de fixarem uma tipologia arquitectónica de representação. Cabe a Eurico Pinto Lopes projectar, em 1948, aqueles que serão, muito provavelmente, os primeiros exemplares a definir o “estilo” (MILHEIRO, 2011). Trata-se dos edifícios da Alfândega e da Administração portuária implantados em “terrenos contíguos”, situados “na praça de forma rectangular aberta sobre a baía e em contacto directo com a zona portuária” (LOPES, 1948, p. 2), actual largo 17 de Setembro. É o pavilhão da Alfândega, todavia, que determina o partido adoptado pelos dois volumes: “Arcaria aberta para o público no primeiro piso, e beirado à vista do passeio” (LOPES, 1948, p. 2) (Figura 7).

A proposta de Eurico Pinto Lopes responde directamente à solicitação do plano Gröer/Moreira da Silva, não sendo, contudo, a primeira abordagem tentada a esse programa. A história desse projecto em particular comprova que há intencionalidade na definição estilística do modelo. Assim, e coincidido

com o período de execução do plano, o arquitecto Alberto Braga de Souza trabalha, a partir de 1941, sobre um desenho para a Alfândega de Luanda, em localização distinta da actual, propondo um edifício de dois pisos, com uma torre de 36 metros, fachadas em tijolo à vista e com galeria. A intervenção do Conselho Técnico do Fomento Colonial, que se reúne em Lisboa, no dia 19 de maio de 1942, parece decisiva para que não se avance com sua construção¹³. O potencial do novo edifício é vislumbrado no âmbito do plano urbanístico então em génese. Esclarece-se que “muito conviria que [a Alfândega] se situasse nos terrenos à saída do porto para a Praça do Império, tanto mais que o seu plano de urbanização ali assinala a construção de um grande edifício” (CONSELHO TÉCNICO DO FOMENTO COLONIAL, 1942, p. 2). Apesar dos urbanistas manterem seu nome como arquitecto da Alfândega, Braga de Souza acaba por deixar o projecto. Este é entregue ao Gabinete de Urbanização Colonial, onde Pinto Lopes o desenvolve. O arquitecto mantém a torre sineira, ainda que reformulada¹⁴, implantando-a “de modo a enfrentar a avenida marginal” (LOPES, 1948, p. 2), antiga Av. Paulo Dias de Novais e actual Av. 4 de Fevereiro. Determina uma paleta de materiais que se revelam comuns a outras realizações análogas. O “creme claro” é a “cor empregada no paramento exterior” dos edifícios, utilizam-se “materiais da região” (LOPES, 1948, p. 6), e “a cornija, pilares, pilastras, degraus e soleiras [são] revestidas a cavanite” (LOPES, 1948, p. 7).

A importância estratégica do conjunto reflecte-se na necessidade de dotá-lo de “um carácter oficial”. O objectivo é alcançado dentro da lógica pragmática que define a prática projectual do Gabinete. Cada edifício estrutura-se em “U” e possui uma arcada no pavimento térreo, recuperando um desenho de inspiração clássica e hierarquizado segundo os três níveis básicos: embasamento, corpo principal e coroamento. Os pisos superiores são recuados e as fachadas são protegidas pelo avanço da cobertura e por um pórtico de colunas de secção quadrada (os edifícios foram, entretanto, ligados entre si). Projectos executados dentro da

¹³ O projecto de Alberto Braga de Souza não foi ainda localizado, apenas o parecer do Conselho Técnico do Fomento Colonial. Este informa da existência de uma maquete à guarda da Inspeção Superior das Alfândegas Coloniais (CONSELHO TÉCNICO DO FOMENTO COLONIAL, 1942, p. 2).

¹⁴ Do projecto inicial de Eurico Pinto Lopes perde apenas o remate prismático.

tradição clássica são habituais entre a cultura arquitectónica colonial aprofundada até o fim da Segunda Guerra. Vasco Regaleira, um dos autores que mais se dedicam a criar uma arquitectura “de características nitidamente coloniais” a partir da adaptação da “Arquitectura Tradicionalista” portuguesa (REGALEIRA apud FONTE, 2007, p. 513), constrói uma série de edifícios em Angola que pretendem testar essa possibilidade, desde a Ermida de Nossa Senhora da Arrábida (Lobito, 1927), de perfil mais tradicionalista, até a Associação Comercial do Planalto de Benguela, primeiro Intendência e hoje Palácio do Governo (Huambo, 1945), desenhada para o GUC, de traçado notoriamente historicista¹⁵. A configuração da antiga Intendência obedece, inclusive, a uma estratégia do próprio Ministério das Colónias, que opta por “incumbir um arquitecto da Metrópole” de forma a conferir-lhe um carácter “acentuadamente nacional”¹⁶ (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1941).

Com a proposta para o remate da marginal de Luanda de Pinto Lopes, os profissionais do Gabinete criam verdadeiramente um primeiro modelo autónomo da Metrópole para os edifícios coloniais de perfil administrativo, dentro do quadro estilístico da arquitectura do Estado Novo. Aliam esse desenho das fachadas a uma configuração urbana, implantando-os preferencialmente em largos ou praças. Acerta-se uma composição arquitectónica apropriada aos Trópicos, adequada às funções de representação e simultaneamente harmonizada com o plano do chão da cidade: arcadas no rés do chão, galerias nos andares superiores, introduzidas ao longo das fachadas recuadas, e cobertura em telhado (Figura 8).

A conjugação dissemina-se noutros pontos da cidade. É o caso, também em Luanda, dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, de 1953, actual Ministério das Finanças, obra supervisionada por João António Aguiar, que no ano anterior elabora o *Estudo de revisão do plano de Urbanização de Luanda* (Figura 9).

O edifício tira partido da sua implantação desafogada no largo da Mutamba. Arquitectonicamente, é uma evolução de uma versão anterior, atribuída ao arquitecto António Ribeiro Martins, da Direcção dos



Figura 7 - Largos 17 de Setembro e da Mutamba, Luanda

Fonte: Débora Félix e Bruno Macedo Ferreira, 2012/ ref. FCT: PTDC/AURAQI/104964/2008.



Figura 8 - Instalações do porto de Luanda, Eurico Pinto Lopes/GUC, 1948

Fonte: Ana Vaz Milheiro, 2009.

Serviços de Obras Públicas da Colónia de Angola, que o terá realizado em colaboração estreita com Aguiar (FONTE, 2007, p. 520). No projecto inicial detecta-se a mesma organização interior e a introdução da galeria exterior e pórtico colossal. A cobertura é ainda plana, em conformidade com a linguagem *deco* que caracteriza os equipamentos públicos africanos dos anos de 1930, início da década seguinte.

¹⁵ A proposta “nacionalista” de Vasco Regaleira culmina no Banco de Angola, de 1952, em Luanda, onde se materializa o potencial máximo desse historicismo adaptado às condições tropicais.

¹⁶ A alternativa seria dar o projecto a um dos técnicos da Brigada liderada pelo engenheiro Francisco Goulartt de Medeiros, casos dos arquitectos Franz Schacherl ou Henrique Taveira. Considera-se, todavia, que a Brigada se deve ocupar em exclusivo dos equipamentos hospitalares para o Huambo.



Figura 9 - Plano Geral de Urbanização de Luanda, João Aguiar/GUU, março 1952 (IPAD)

Fonte: Hugo Coelho, 2011.

O edifício construído corresponde, todavia, a uma simplificação da linguagem historicista, abdicando de “pormenores decorativos inúteis” (AGUIAR, 1953, p. 3). Essa opção por uma austeridade figurativa acaba por se tornar a imagem de marca dos edifícios administrativos do Gabinete (a remodelação de 2003 tornou inoperativos os dispositivos de adaptação ao clima, obrigando a introdução de meios mecânicos). O parecer emitido a quando da aprovação admite “que porventura possa vir a ser alterado, no sentido de ser enriquecida a fachada”, reforçando a ideia de que certa contenção ornamental não é ainda prática consensual.

Idêntica configuração arquitectónico/urbanística generaliza-se em Angola, um pouco por todo o território. A relação da Câmara Municipal do Lobito (Lucínio Cruz/GUC, 1948, e ampliação de Francisco Castro Rodrigues, 1954) com a antiga Praça dos Paços do Concelho é exemplar. A cidade é objecto de um plano urbano desenvolvido no GUU, que, depois, e já como arquitecto da autarquia, Francisco Castro Rodrigues corrige. A Praça do Lobito abre-se ao mar, repetindo o traçado regular em “U” das praças lisboeta e luandense. O remate é definido pelas Portas de Mar – cujo arranjo paisagístico e desenho da calçada se deve igualmente a Castro Rodrigues –, que remete para o cais das colunas da Praça do Comércio. As fachadas da

sede do município cumprem igualmente o desenho tropicalista enunciado antes.

Também no Huambo (Nova Lisboa), a actual Praça Agostinho Neto (anterior Praça Manuel Arriaga) é delimitada por edifícios com tratamento estilístico semelhante, onde a capacidade monumental e cenográfica do sistema é propositadamente explorada. Tem no edifício da Intendência de Vasco Regaleira, já aqui citado, a sua matriz estilística. A construção “apresenta as características da casa portuguesa, enquadrando-se maravilhosamente no ambiente da importante capital do planalto” (CARNEIRO, 1942). Trata-se de uma cidade “nova”. Sua fundação, ainda com a designação de Huambo, remonta ao período de governação de José Norton de Matos (1912-1915), que ambiciona então torná-la capital provincial. Sua estrutura radial, que tem na *Praça do Império*, evocada pela antiga Manuel Arriaga evoca, o principal polo gerador, antecede a produção urbanística dos Gabinetes, como se referiu antes. O *Plano geral de urbanização de Nova Lisboa* que João Aguiar publica no seu livro *L’Habitation dans les pays tropicaux* (1952) (Figura 10) intensifica essa dinâmica de expansão, assim como o espírito de zonamento e o carácter monumental que a cidade traz inscrita desde o anteprojecto de Carlos Roma Machado, ampliado em 1916, pela proposta do arquitecto José Cabral da Costa e Silva (FONTE, 2007, p. 249)¹⁷.



Figura 10 - Estudo de revisão do Plano de Urbanização de Nova Lisboa, João António Aguiar/GUC, [194-]

Fonte: AGUIAR, 1952.

¹⁷ A cidade conhece ainda um plano intermédio de consolidação, aprovado em 1928 por António Vicente Ferreira no cargo de alto comissário de Angola, de Pereira da Silva e Dias Antunes (BARATA, FERNANDES, 2010, p. 419).

O plano de Aguiar acentua as áreas funcionais, nomeadamente os perímetros escolares e hospitalares que ganham escala de verdadeiros *campus*, em face da dimensão da cidade. Pela sua vocação programática, essa área do Huambo torna-se um dos lugares de eleição da arquitectura estado-novista produzida no âmbito dos Gabinetes a partir da segunda metade da década de 1950, explorando premissas de representação assentes noutros princípios e iniciando uma nova fase para a arquitectura luso-africana de promoção pública.

São Tomé e Príncipe e a urbanização da paisagem

A paisagem predominantemente agrária decorrente da monocultura do cacau, característica da economia colonial santomense, começa a ser alterada durante o período do Estado Novo, com o arranque de um ambicioso processo de urbanização das povoações existentes. Esse terceiro caso de estudo expõe a ambição reformadora que acompanha o governo de António Salazar e que se reflecte em operações que visam a transformar as paisagens coloniais anteriores à década de 1930, apagando-se desse modo os vestígios progressistas da primeira República. Reforça-se assim um *ideal desenvolvimentista* a que o governo colonial recorre na tentativa de se impor no quadro internacional como veículo civilizador dos povos africanos. A intervenção estado-novista sente-se essencialmente a partir de 1951, com a elaboração do plano de urbanização da capital do arquipélago, da autoria de João António Aguiar (Figura 11).

Seguindo outros planos contemporâneos, o projecto, elaborado no âmbito do GUC, reestrutura o núcleo histórico e fortalece as principais zonas de expansão urbana. O plano de Aguiar permite igualmente mapear as duas principais fases do desenvolvimento urbano da capital santomense: a cidade preexistente, progressivamente diminuída durante a fase republicana (na sequência do investimento nas roças de cacau), e a cidade ambicionada pelo Estado Novo, monumentalizada fora do seu núcleo histórico, rasgada por largas avenidas, sectorizada e equipada com estruturas desportivas, escolares e sanitárias de maior escala. A cidade consolidada corresponde ao núcleo primitivo, de fundação

quinzentista, onde se localizam os principais equipamentos públicos (administrativos, religiosos, educativos e de saúde) e os edifícios privados (comerciais e residenciais). Estruturas de maior área e com necessidades funcionais de expansão, como o cemitério, o quartel ou o hospital implantam-se fora do perímetro urbanizado e em cotas elevadas. O novo plano desenvolve-se ao longo da baía de Ana Chaves, prevendo a criação de bairros residenciais de habitação unifamiliar e ganhando área para os futuros equipamentos de grande porte, como o futuro Estádio Sarmento Rodrigues, actual Estádio 12 de Julho (Eurico Pinto Lopes/GUC, trab. 289, 1950) ou a Escola Técnica Silva Cunha, actual Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe (Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, inaugurada em 1969). O cruzamento entre a baixa densidade, decorrente do domínio do programa residencial, e a monumentalização dos principais eixos viários é, como vimos, uma das marcas do urbanismo colonial estado-novista.

Na sequência do plano de São Tomé e visando à transformação paisagística do arquipélago, o Ministério do Ultramar encomenda em agosto de 1955 uma série de “trabalhos [...]” integrados no Plano de Fomento Nacional” que visam à “valorização



Figura 11 - Plano de Urbanização de São Tomé
Fonte: AGUIAR, 1952, sobreposição com imagem do Google Earth.

de agregados populacionais” santomenses (PAIVA, [195-], p. 1). Estes são realizados sob orientação do engenheiro Santos Paiva, destinando-se a Santo Amaro, Guadalupe, Neves, Madalena, Bombom, Pantufo, Angolares e Trindade¹⁸. As propostas urbanas partem da estrutura dos “centros populacionais já existentes [...] para fazer o reagrupamento da população, começando pela construção de elementos que sirvam mais directamente à colectividade, e que são indispensáveis, os quais constituem a ossatura sobre a qual virão a fixar-se as famílias, à medida que forem sentindo as vantagens do sistema”, como relata seu autor (PAIVA, [195-], p. 2). Na maioria dos casos, existe já uma via de atravessamento que organiza, de forma linear, a futura disposição dos principais equipamentos, previstos em paralelo com os planos “refundadores”: escola primária, posto sanitário, mercado, igreja, posto de polícia, posto de seccionamento. Para todas as povoações é desenhado um equipamento desportivo que não será realizado¹⁹. Ao longo deste eixo principal existem já construções privadas, sobrados com lojas comerciais no térreo, a maioria em madeira, de razoável qualidade estética e construtiva, potencializando a função urbana da via. As restantes construções mantêm-se precárias.

Os planos de Santos Paiva propõem a substituição dos assentamentos informais que se disseminam à margem do eixo principal por bairros residenciais de baixa densidade, privilegiando a habitação unifamiliar (lotes com jardim ou horta) organizados segundo esquemas ortogonais e aproveitando, tanto quanto possível, a matriz preexistente. Os equipamentos agrupam-se gerando “centros cívicos” e proporcionando às povoações um núcleo de representação, de modo a reforçar a urbanidade destes lugares. Se as propostas urbanas não saem do papel, denunciando a precariedade económica do regime em oposição às aspirações reformistas que certos círculos coloniais acalentam, os equipamentos, que acompanham esses planos, são genericamente concretizados. Cumpre-se assim parte dos objectivos de melhoramento das

condições existentes. Nesse caso, são os equipamentos e não o *desenho de chão* que funcionam como *meios urbanizadores*, contribuindo para “criar, entre os habitantes desses núcleos, o interesse por certas necessidades de ordem higiénica e outras da vida civilizada” (PAIVA, [195-], p. 2).

Entre os projectos-tipo, encontram-se os postos sanitários, de estrutura modular adaptável ao número de habitantes e dimensões da povoação, e os postos de seccionamento que garantem o acesso à energia eléctrica. Os dois programas podem ainda hoje encontrar-se materializados. O mercado é o terceiro programa com maior incidência. Obedece a uma tipologia que se reproduz em Guadalupe, Neves e Trindade: planta em “L” ou em “U”, formando uma frente de lojas para a rua e um pátio interior (só parcialmente coberto). A localização do telheiro coberto varia em relação aos projectos executados. Assiste-se, na mesma época, à reestruturação do fornecimento de água por meio de fontanários públicos implantados maioritariamente junto às vias principais de circulação, no interior dos mercados ou nos recreios das escolas, e cujos desenhos cumprem igualmente projectos-tipo. Equipamentos religiosos de fundação mais antiga são igualmente melhorados²⁰. O de Santana, por exemplo, é reconstruído durante o governo de Ricardo Vaz Monteiro (1933-1941), em 1940 (segundo lápide afixada na fachada), antes ainda da criação dos Gabinetes. Mas é a passagem, entre 1958 e 1967, do arquitecto Luís Benavente por território santomense que desencadeia uma operação sistemática de restauro dos monumentos históricos, onde se incluem algumas destas igrejas (Figura 12).

A consolidação de uma rede de ensino primário é um dos aspectos mais significativos dessa estratégia. Os planos de Paiva Santos promovem um modelo de edifício elevado sobre pilotis (configurando um recreio coberto no plano térreo), também ajustável ao número de alunos. Será construído em Guadalupe, Vila das Neves, Trindade e São João dos

¹⁸ Os “núcleos a serem considerados”, segundo o relatório de Santos Paiva, são: “Trindade, Neves, Angolares, Guadalupe, Madalena, Bombom, Santo António do Príncipe, Santana, Santo Amaro e Pantufo” (PAIVA, [195-], p. 3).

¹⁹ A lista dos programas de equipamentos contempla “Junta de freguesia e Regedoria, compreendendo polícia e CTT, Igreja, Escola, Casa do Povo, Mercado, Posto sanitário, Estação de camionagem, Campo desportivo, Moradias e residências para funcionários” (PAIVA, [195-], p. 3).

²⁰ Os projectos de Santos Paiva aconselham geralmente a substituição dos templos mais antigos, o que não se verifica. Para Santo Amaro ou para Santana, por exemplo, são fornecidos novos desenhos de igrejas.

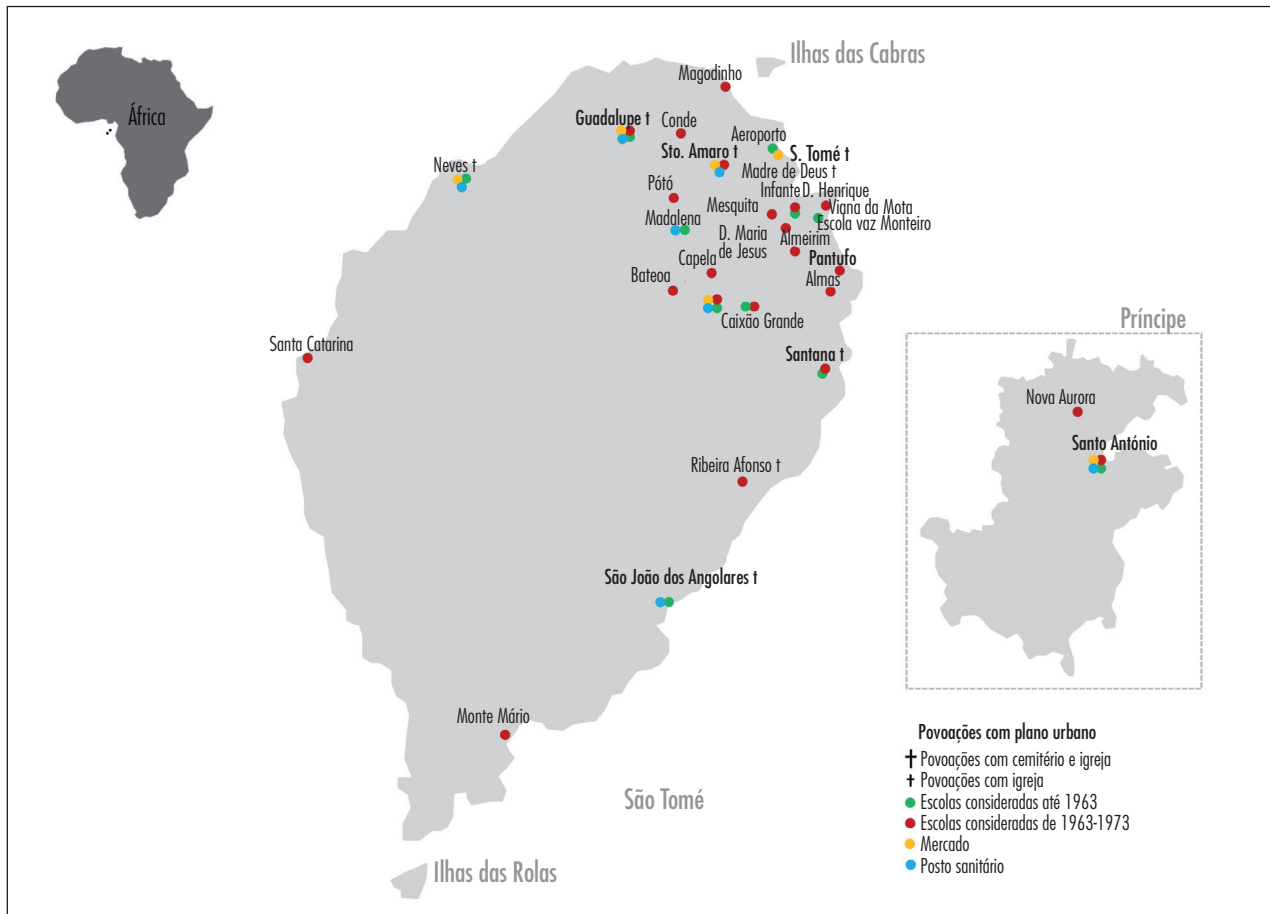


Figura 12 - Esquema dos aglomerados urbanos de São Tomé e Príncipe e seus principais equipamentos

Fonte: Ana Vaz Milheiro/Filipa Fiúza/ PTDC/AURAQI/104964/2008.

Angolares, criando uma primeira rede de equipamentos de visível investimento plástico (Figura 13).

Em 1958, são oficialmente inventariados oito estabelecimentos escolares (Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 33). Esse número cresce para 31 (29 em São Tomé e 2 no Príncipe), no levantamento efectuado em 1973 pela Divisão Técnica da Secção de Edifícios e Urbanização das Obras Públicas, que identifica as escolas anteriores a 1963 e as edificadas no intervalo de 1963 a 1973. Dá-se início a uma fase exemplar de construção de equipamentos escolares, e à materialização de um conjunto homogéneo e singular no panorama colonial português, que conforma uma *rede infraestrutural*. Muitas das escolas existentes são ampliadas na sua capacidade original através da

implementação de mais unidades modulares. Em algumas povoações, mais desfavorecidas, a escola apresenta-se como único equipamento público, salientando-se pela qualidade elevada da sua arquitectura e pelo carácter mais definitivo da sua construção (em alvenaria). Na ilha de São Tomé, a maior concentração dá-se na região norte, mais povoada, em contraste com a região sul, mais empobrecida e com população mais dispersa. Aqui, destaca-se a escola de Monte Mário (A. Ferreira, 1971), por exemplo. O desenho desses edifícios escolares atinge toda via uma qualidade ímpar na antiga Escola Primária de Nova Aurora (actual Escola Primária Januário Graça), no Príncipe, de duas salas, elevada sobre uma plataforma e de cobertura invertida²¹.

²¹ Data de 1968. Assinaturas: desenhador (Flávio); engenheiro-chefe (Levy?).

Essa atenção dada às populações mais rurais denota maior preocupação com o bem-estar das comunidades africanas. Na década seguinte, Mário de Oliveira adverte que o urbanista contemporâneo,

para ser autêntico, deve partir do princípio profundamente humano de que uma cidade não são apenas as casas, ruas, avenidas, praças, etc., antes a comunidade que nela vive e convive, com os seus diversos grupos, suas instituições, seu modo de viver, suas tradições e seus costumes (OLIVEIRA, 1965, p. 66).

Essa postura anuncia uma alteração de paradigma dentro da estratégia urbanística praticada no Gabinete. O facto é comprovado pelo Antepiano de Urbanização da Cidade de São Tomé, do mesmo arquitecto (Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, trab. 685, c. 1962). Exige-se agora que os novos bairros fomentem a instalação de populações multirraciais no interior das cidades coloniais. O antepiano é preparado por meio de inquéritos às populações e análises às condições existentes. Abandona-se o traçado *determinista*, presente nos planos da geração de João Aguiar, a favor de uma abordagem assente na definição de grandes sectores, elaborando-se um plano mais *aberto* (cultural e socialmente) (Figura 14).

É ainda na sequência do plano para São Tomé, que Oliveira elabora a proposta para a unidade residencial da Quinta de Santo António (trab. 685/5), destinada à população mais desfavorecida e obedecendo



Figura 13 - Escola Primária de São João dos Angolares, São Tomé, engenheiro-chefe A. Ferreira?, 1960-1962

Fonte: Ana Vaz Milheiro, 2012.

a uma implantação mais orgânica e menos ortogonal, que segue a estratégia anteriormente apontada para os bairros populares de Bissau. Elabora então seis tipologias (três a serem construídas em alvenaria e outras três recorrendo à madeira, sistema tradicional santomense). As casas são desenhadas a partir da consulta directa às populações, razão que o leva a não considerar esses projectos como de sua exclusiva autoria, como esclarece no relatório anexo à nova viagem que cumpre em 1964 para fixar o Plano definitivo (OLIVEIRA, 1964, p. 3). A visão de Oliveira abre caminho às propostas mais *quantitativas* que Alfredo Silva e Castro defende no relatório de 1972. O novo plano, realizado num tempo muito próximo da independência do país, facto que inviabilizará sua aplicação, assenta em *valores técnicos*, colocando claramente o factor *estético* para um segundo plano, não estratégico. A Silva e Castro interessam agora dados objectivos, tais como os índices populacionais, a cobertura dos equipamentos escolares e de saúde, ou a implantação da rodoviária que assegura as ligações viárias na ilha e que é calculada a partir de uma tabela de distâncias (CASTRO, 1972). É uma perspectiva que claramente desmonta

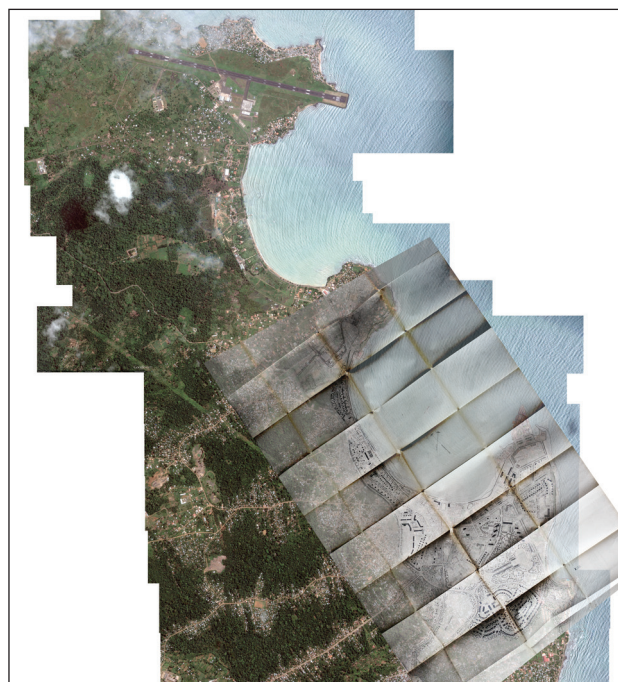


Figura 14 - Plano de Urbanização da Cidade de São Tomé, Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, 1962, trab. 685, sobreposição com imagem do Google Earth

Fonte: MILHEIRO, 2012.

o investimento monumental e estilístico dos planos iniciais, revelando actualização nas estratégias coloniais que a revolução de 1974 impede de ter seqüência no terreno.

Considerações finais

Após a Segunda Guerra, Portugal mantém praticamente intacto seu império colonial. A situação política internacional obriga, todavia, a repensar a estratégia colonial. Em África, a partir da segunda metade da década de 1940, novos modelos de desenvolvimento significam refazer a rede existente de cidades. O objectivo é chegar às regiões interiores, menos urbanizadas, cuja presença colonial é mais esbatida. Incentiva-se a migração de colonos europeus e promove-se uma rede assistencial de saúde e educação às populações locais. Os modelos de desenvolvimento apoiam-se em planos urbanos, acompanhados por um conjunto de equipamentos básicos. Dependendo da escala, compreendem escolas, postos sanitários (pequenos hospitais, eventualmente equipados com maternidade e apoio à primeira infância), estações de correios, parque infantil, administração, casa do governador e estruturas religiosas filiadas na fé católica, etc. Num segundo momento, assiste-se à implantação de novos bairros para funcionários e de instalações desportivas (clubes e piscinas). A maioria desses projectos depende da produção urbanística e arquitectónica de agências governamentais ligadas ao Ministério das Colónias (mais tarde do Ultramar) sediado em Lisboa ou aos Governos provinciais. As intervenções de promoção pública ajudam assim a consolidar uma imagem de modernidade no coração da paisagem africana. Parte-se de uma implantação fixada ainda na primeira República, para a definição mais clara de zonamentos, cruzadas com o traçado monumental de grandes avenidas, numa interpretação livre da *City Beautiful*. Os anos de 1960 trazem o tema dos *habitats* nativos e o regresso, malsucedido no terreno, dos traçados orgânicos. Com a aproximação das independências, os ideais estéticos são substituídos por um *urbanismo técnico*, motivado por valores quantitativos. A revolução de 1974 interrompe o processo de implementação dessa derradeira fase, deixando, portanto, mais visíveis os dois primeiros momentos.

Referências

- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. **Relação dos Estabelecimentos de Ensino Oficial em funcionamento nas províncias do Ultramar em 31 de Dezembro de 1958**. Lisboa, Ministério do Ultramar, Direcção-Geral do Ensino, 1960.
- AGUIAR, J. L'Habitation dans les pays tropicaux. In: XXIE CONGRES, FEDERATION INTERNATIONALE DE L'HABITATION ET DE L'URBANISME, 1952, Lisbonne. **Annales...** Lisbonne: Federation Internationale de L'habitation et de L'urbanisme, 1952.
- ANDRADE, C. R. de. Alargamento e embelesamento da cidade da Beira. **Arquitectura, Revista de Arte e Construção**, n. 24, abr. 1932.
- BARATA, F. T.; FERNANDES, J. M. Á. Mar Vermelho, Golfo Pérsico. In: MATTOSO, José (Dir.). **Património de origem portuguesa no mundo – arquitectura e urbanismo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- BARRETO, J. **História da Guiné 1418-1918**. Lisboa: Edição do Autor, 1938.
- BARROS, R. F. **Elementos sobre o palácio do governo pedidos por sua excelência o governador, em seu telegrama n. 471**. Guiné: Repartição Técnica dos Serviços das Obras Públicas, 1937. (Memória Descritiva, disponível no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU).
- CARNEIRO, R. S. **Intendência do Huambo – Carta ao Governador de Angola – 13/02/1942**. Lisboa: [s.n.], 1942.
- CASTRO, A. S. **Relatório de missão do arq. Silva e Castro a S. Tomé**, Lisboa, 1972. (Inventário dos arquivos do Ministério do Ultramar).
- CHOAY, F. **A regra e o modelo**. Lisboa: Caleidoscópio, 2007. (Originalmente publicado em 1980).
- CONSELHO TÉCNICO DO FOMENTO COLONIAL. **Parecer do Conselho Técnico do Fomento Colonial em sessão de 19 de Maio de 1942, acerca do projecto do edifício da Alfândega de Luanda, 19/05/1942**. Lisboa: [s.n.], 1942.
- FONTE, M. M. A. de. **Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução**. 2007. 624 f. Dissertação (Doutoramento em Planeamento Urbanístico) – Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007.

- GRÖER, E.; SILVA, D. M. da. **Plano de urbanização da parte marginal da cidade de Luanda**: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 1943.
- LOBO, M. S. **Planos de urbanização, a época de Duarte Pacheco**. Porto: Edições FAUP, 1995.
- LOPES, E. P. **Alfândega de Luanda**. Trabalho n. 158, Gabinete de Urbanização Colonial, Lisboa, 1948. (Memória Descritiva, disponível no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU).
- MACHADO, C. R. Início e fundação da cidade do Huambo. **Boletim da Agência Geral das Colónias**, ano II, n. 7, p. 30-59, jan. 1926.
- MILHEIRO, A. V. Francisco Castro Rodrigues, o arquitecto do Lobito. **Jornal dos Arquitectos**, n. 234, jan./mar. 2009, p. 13-15.
- MILHEIRO, A. V. Schiappa de Campos, o arquitecto do moderno colonial. **Jornal dos Arquitectos**, n. 238, p. 24-29, jan./mar. 2010.
- MILHEIRO, A. V. Fazer Escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda. In: PRADO, R. G.; MARTÍ, P. N. **La Modernidad ignorada – arquitectura moderna em Luanda**. Angola, Madrid: Universidad de Alcalá, 2011. p. 98-131.
- MILHEIRO, A. V. Praças do Império no espaço colonial português no Estado Novo – a regra e o modelo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL ESPAÇO PÚBLICO – O LUGAR DA PRAÇA CONTEMPORÂNEA, 2012, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Ordem dos Arquitectos Portugueses, 2012.
- MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. Carta ao Governador de Angola expedida pelo Ministro das Colónias. **Intendência do Huambo**. Processo. Lisboa, 1941. (Documento disponível no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU).
- OLIVEIRA, M. de. **Urbanização dos bairros populares de Bissau – tipo de moradias a adoptar**. Lisboa, 1959. (Memória Descritiva e Justificativa, disponível no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU).
- OLIVEIRA, M. de. **Urbanização dos bairros populares de Bissau**. Trabalho n. 603, Lisboa, 1959. (Memória Descritiva e Justificativa, disponível no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU).
- OLIVEIRA, M. de. **Urbanismo no Ultramar**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1962.
- OLIVEIRA, M. de. **Trabalhos realizados em S. Tomé**. Lisboa, 1964. (Disponível no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, anexo ao relatório do arquitecto Mário de Oliveira).
- PAIVA, S. **Província de S. Tomé e Príncipe – Urbanização de Povoações**. Lisboa: Ministério do Ultramar, [195-].
- PÉLISSIER, R. **História da Guiné – Portugueses e Africanos na Senegâmbia, 1841-1936**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. (2 v.).
- PORTUGAL. Decreto n. 34:173, de 6 de dezembro de 1944. Ministério das Colónias: cria, com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições. **Diário do Governo**, I série, n. 269, p. 1167-1168.
- RODRIGUES, F. C. **Curriculum vitae de Francisco Castro Rodrigues**. [s.l]: Azenhas do Mar, 2001. (Texto policopiado, recortes e manuscritos).
- SANTOS, J. A.; ZILHÃO, J. M. G. **Relatório sobre o inquérito à cidade de Bissau e outros centros populacionais da colónia da Guiné**. Gabinetes de Urbanização Colonial, [194-].
- SILVEIRA, L. **Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar**. Lisboa: Ministério do Ultramar, Junta de Investigação do Ultramar, 1956.
- VARANDA, F. Um estudo de habitação para indígenas em Bissau. **Geographica**, ano 4, n. 15, p. 22-43, jul. 1968.
- VELOSO, A. M. **Plano Director de Bissau**. 1973. (Estudo Prévio, Memória Descritiva e Justificativa, disponível no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU).

Recebido: 29/05/2012
Received: 05/29/2012

Aprovado: 15/10/2012
Approved: 10/15/2012